



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

**RELATÓRIO DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS ASSISTIDOS
DURANTE O MUTIRÃO DE MAZAGÃO NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2022**



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

CORREGEDORIA-GERAL

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS

Corregedor-Geral

LAURO MIYASATO JUNIOR

Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA

Chefe de Gabinete

EDUARDO MAGNO GÓES SOTÃO

Assessor Jurídico

ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS

Assessor Jurídico

ELOANE DA COSTA MACHADO

Secretária Executiva

MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS

Secretária Executiva

RICARDO BRITO DA SILVA

Secretário Executivo



**DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
EDITORIAL**

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Corregedor-Geral

LAURO MIYASATO JUNIOR
Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

ELABORAÇÃO TÉCNICA

RICARDO BRITO DA SILVA
Secretário Executivo
Mestre em Planejamento de Políticas Públicas

APOIO OPERACIONAL

ELOANE DA COSTA MACHADO
Secretária Executiva

ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS
Assessor Jurídico

ADRIANO DA SILVA SOUZA
Design Gráfico



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
SUMÁRIO

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	05
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	06
1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	07
2. CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO.....	15
3. SANEMANEAMENTO BÁSICO.....	16
4. MUTIRÃO DO MUNICÍPIO TARTARUGALZINHO.....	19
5. DEMANDAS E NECESSIDADES.....	20
6. AVALIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA DPE-AP.....	21
7. ENCAMINHAMENTOS.....	24
8. ANÁLISE DO CUSTO VERSUS BENEFÍCIO.....	25
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28



DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa realizada junto aos assistidos atendidos durante o Mutirão realizado no município de Mazagão, promovido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá no dia 13 de agosto de 2022, teve como público-alvo a sociedade do município com necessidade de assistência jurídica integral e gratuita nos termos da Constituição Federal de 1988.

Foram entrevistados 44 assistidos que responderam ao questionário semiestruturado com assuntos relacionados ao perfil (gênero, idade, escolaridade, ocupação principal), condições de moradia (tipo de residência, condição, localização), saneamento básico (acesso a rede de esgoto, fossa séptica, água tratada, internet), avaliação do mutirão (avaliação dos defensores, tempo de atendimentos, grau de importância) sugestões de melhorias e os encaminhamentos após o atendimento.

A pesquisa foi aplicada por meio de questionário digital, através da plataforma “Googles Forms”, realizada durante o mutirão de atendimento de Mazagão.

O relatório está apresentado de forma descritiva, tendo seus resultados apresentados através de quadros, gráficos e tabelas.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O município de Mazagão, oficialmente criado em 15 de novembro de 1915, está situado na região sul do Amapá, compreendendo uma área de 13.294,778 km², com uma população estimada de 22.468 habitantes (estimativa 2021, IBGE), com uma densidade demográfica de 1,30 hab/km².

Em 23 de janeiro de 1770 foi fundada, pela Coroa Portuguesa, a cidade de Mazagão Velho para abrigar famílias vindas de Mazagão na África, onde havia uma colônia portuguesa que fora desativada para ser transferida ao Brasil (Penha, Prefeitura de Mazagão).

A sede municipal está situada em Mazagão Novo, distante 32 quilômetros da capital Macapá, tendo limite territorial com Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amaparí e Laranjal do Jari.

Nos setores econômicos o município de Mazagão, segundo a Secretaria de Estudos e Planejamento do Estado do Amapá em 2019, possui Produto Interno Bruto mensurado em R\$ 290,1 milhões, o 8^a colocado em relação aos 16 municípios do Amapá, tendo PIB per capita de R\$ 13.412,35.



Foto: Gabriel Penha
Fonte: Blog de Rocha Elton Tavares



Foto: Héli da Penafort
Fonte: log de Rocha Elton Tavares



Fonte: Portal do GEA

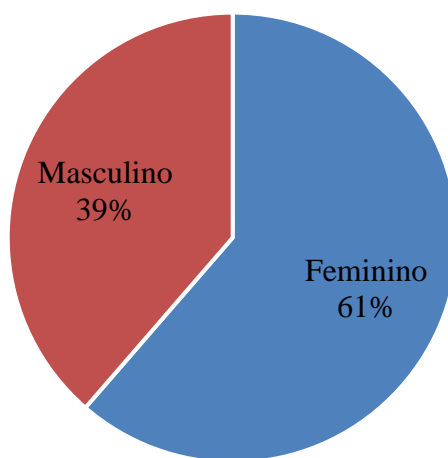


1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa realizada no mutirão pela Defensoria Pública do Estado do Amapá no município de Mazagão apontaram 61% do público como sendo feminino e 39% masculino.

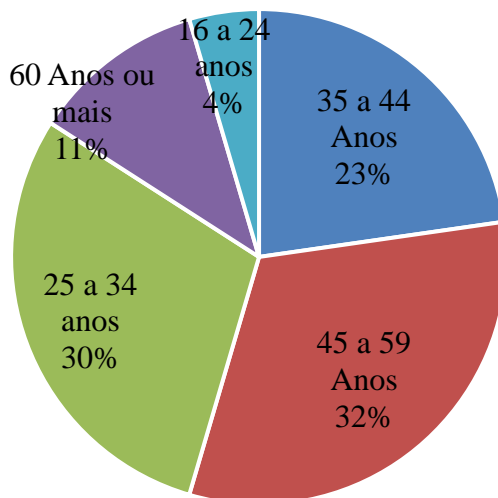
A idade dos entrevistados foi tida como homogênea, onde as idades de 45 a 59 anos 32%, 25 a 34 anos com 30% e 35 a 44 anos 23%. Entre os mais jovens o percentual foi 4% (16 a 24 anos), já pessoas acima de 60 anos 11% dos presentes.

Gráfico 1 - Gênero do entrevistado



Fonte: DPE-AP

Gráfico 2 - Idade do entrevistado



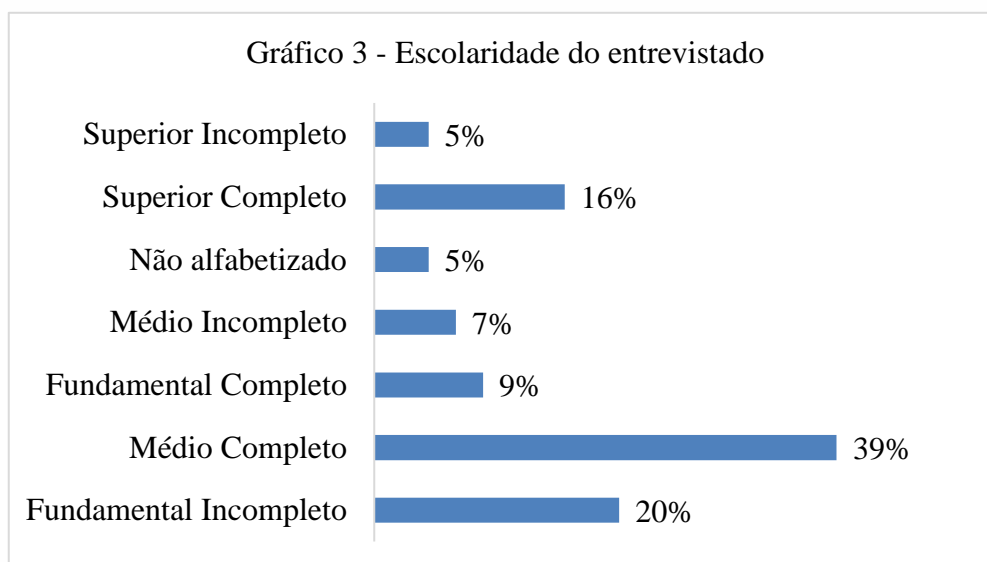


Quadro 1 - Análise do gênero por idade do entrevistado			
GÊNERO			
IDADE DO ENTREVISTADO	Feminino	Masculino	Total geral
35 a 44 Anos	11%	11%	23%
45 a 59 Anos	18%	14%	32%
25 a 34 anos	23%	7%	30%
60 Anos ou mais	5%	7%	11%
16 a 24 anos	5%	0%	5%
Total geral	61%	39%	100%

Fonte: DPE-AP

A escolaridade observada na pesquisa mostra que os assistidos de Mazagão possuem em sua grande maioria o ensino médio completo (39%), seguido de ensino fundamental incompleto 20% e o superior completo 16%. O analfabetismo obteve frequência de 5%.

Realizando o desdobramento dos dados entre gênero escolaridade observou-se que 27% dos assistidos que possuem ensino médio são do público feminino, os que se declararam analfabetos (5%) são todos do público feminino e a concentração do público com nível superior é masculina com 9%, do total de 16%.



Fonte: DPE-AP



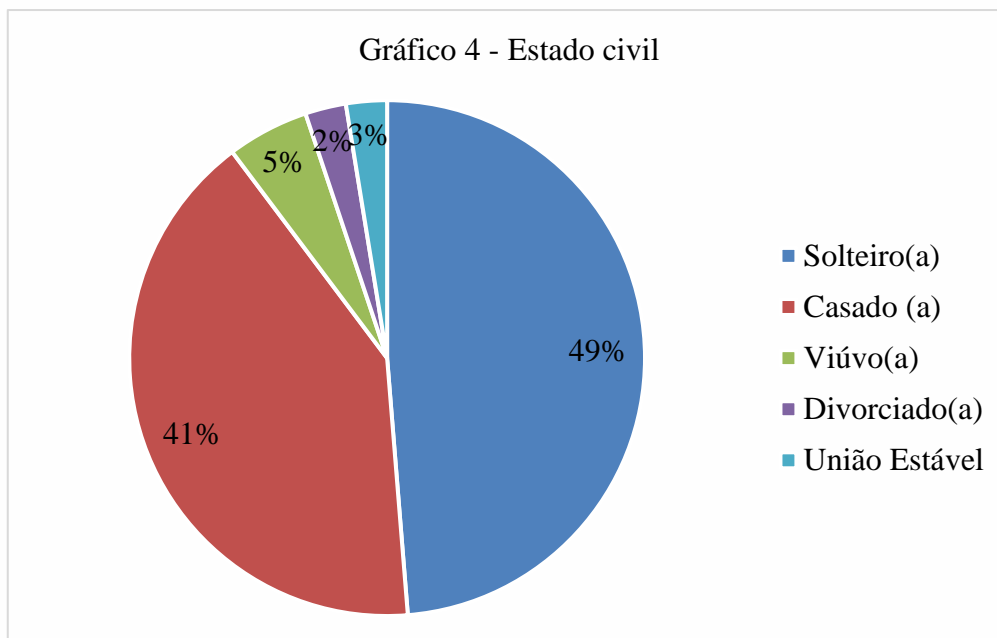
Quadro 2 - Análise do gênero pelo grau de instrução

ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total geral
Fundamental Incompleto	9%	11%	20%
Médio Completo	27%	11%	39%
Fundamental Completo	7%	2%	9%
Médio Incompleto	5%	2%	7%
Não alfabetizado	5%	0%	5%
Superior Completo	7%	9%	16%
Superior Incompleto	2%	2%	5%
Total geral	61%	39%	100%

Fonte: DPE-AP

Observado gênero, idade e escolaridade, seguiu-se para perceber o estado civil dos assistidos, onde 49% se disseram solteiros e 41% se disseram casados, 5% viúvos, 3% em união estável e 2% divorciado.

Analisando o estado civil por tipo de demanda buscada, os solteiros tiveram demandas que envolviam consulta processual, atendimentos e/ou orientações, informações sobre apenados, ofício de registro tardio, adoção unilateral, auxílio Brasil, dentre outros. Para os “casados”, além das consultas e orientações, pontuou-se ações de divórcio, alimentos, divórcio consensual e retificação de certidão de nascimento dos filhos. Os “viúvos” e em “união estável” buscaram atendimentos e/ou orientações.



Fonte: DPE-AP



Quadro 3 - Demandas/necessidades por estado civil do entrevistado		
ESTADO CIVIL	Qual a sua demanda (necessidade) que o senhor busca no Mutirão da DPE?	Contagem de ESTADO CIVIL
Solteiro(a)	Consulta processual	5
	Atendimento e/ou Orientações	6
	Informação sobre o irmão que está no IAPEN	1
	Ação de alimentos	1
	Consulta processual, Execução de alimentos	1
	Revisão de alimentos	1
	Modificação de curatela	1
	Ofício para registro tardio	1
	Adoção unilateral	1
	Orientação Auxílio Brasil	1
Casado (a)	Consulta processual	3
	Atendimento e/ou Orientações	7
	Divórcio	1
	Ação de alimentos	1
	Ação de divórcio	1
	Divórcio consensual	1
	Divórcio consensual	1
	Elaboração de ofício - Retificação de certidão de nascimento dos filhos	1
Viúvo(a)	Atendimento e/ou Orientações	1
	Orientação	1
União Estável	Atendimento e/ou Orientações	1
Total geral		38

Fonte: DPE-AP

Assistir pessoas em situação de vulnerabilidade social constitui uma das possibilidades de atuação da Defensoria Pública do Estado do Amapá (DPE-AP). Alguns indicadores são necessários para se considerar pessoas dentro do espectro de vulnerabilidade a atrair a atuação da DPE-AP, como condições de moradia, acesso a serviços de saúde, renda domiciliar, trabalho, educação.

Para Sandim (2018, p.62) corroborando com o pensamento de Merriam-Webster (s.d), a vulnerabilidade surgiu no século XVII, derivada de *vulnerare*, em latim. Referia-se este termo a pessoas que estavam sujeitas a serem feridas (OXFORD

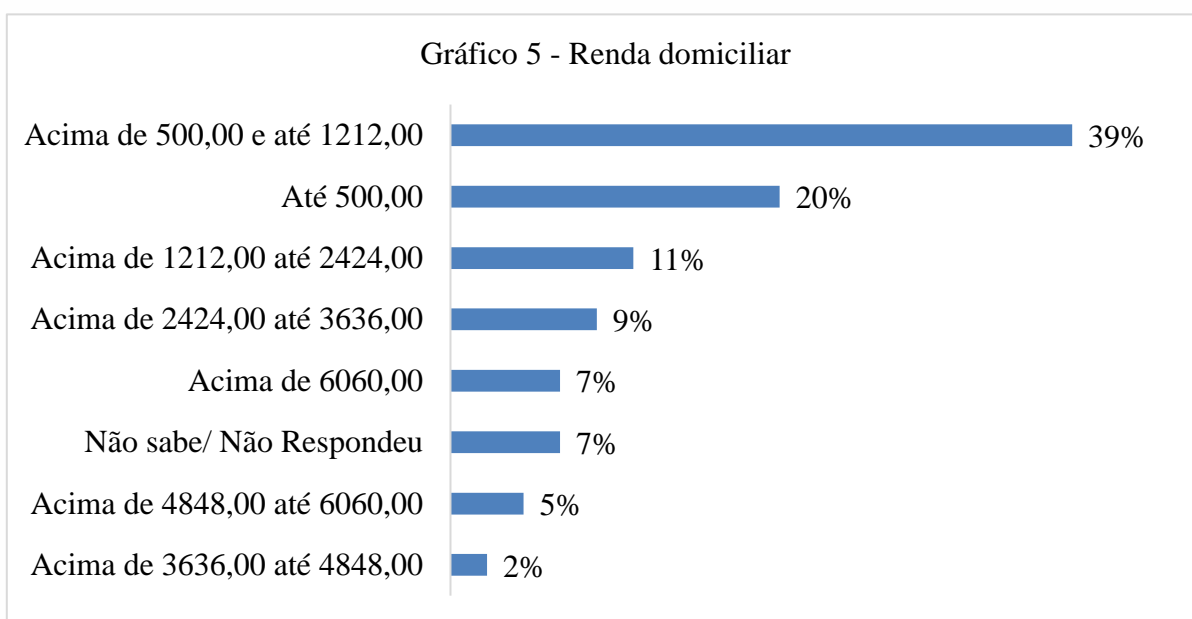


DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

DICTIONARIES, 2018 APUD SANDIM, 2018, P. 62)¹. A palavra vulnerável começou a ser utilizada a partir de 1600 para referir-se aquele que era considerado ‘indefeso’ diante de questões não físicas.

No prisma das considerações pontuadas, a pesquisa realizada no mutirão da DPE/AP no município de Mazagão identificou que os assistidos, no que tange a renda domiciliar, 59% possuíam renda de até R\$ 500,00 (20%) no limite de R\$ 1.212,00 (39%), que é o atual salário mínimo brasileiro. Acima de 1 salário mínimo até 2, o percentual foi de 11%. Acima de 2 salários mínimos até 3 representou 9%, acima de 3 salários mínimos até 6, o percentual foi de 14%. Os que não responderam esse questionamento somaram 7%.



Fonte: DPE-AP

A ocupação principal apontada pela pesquisa são os “bicos”, ou trabalhos esporádicos, que representou 30%. Posteriormente, servidores/funcionários públicos com 20%, aposentados 7%, funcionário com carteira assinada no setor privado 5%, trabalhador por conta própria/empresário informal 5%, funcionário sem carteira assinada 2%, empresário formal 2% e não respondeu 2%.

Outro indicador de extrema relevância pontuado na pesquisa foi o percentual de desempregados que somou 27% dos assistidos (23 que não procuram emprego e 5% procuram).

1

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24641/Tese_TatianaSandim_V_6.1_biblioteca.pdf?sequence=3&isAllowed=y

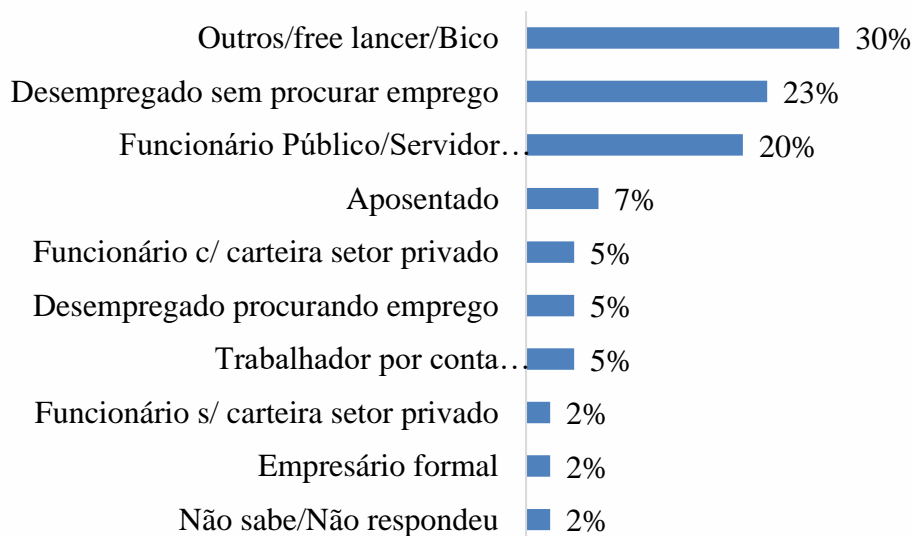


DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Entre a faixa de renda entre R\$ 500,00 até R\$ 2.424,00, as ocupações mais frequentes são desempregados, freelancer/bicos. Na faixa acima de R\$ 2.424,00 até 6.060,00 estão concentrados assistidos que atuam no serviço público.

Gráfico 4 - Ocupação do entrevistado



Fonte: DPE-AP

Quadro 4 - Renda domiciliar cruzado com a ocupação do entrevistado

RENDA DOMICILIAR	OCUPAÇÃO DO ENTREVISTADO	RENDA DOMICILIAR	
		17	
	Outros/free lancer/Bico	7	
	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	1	
Acima de 500,00 e até 1212,00	Desempregado sem procurar emprego	5	
	Trabalhador por conta própria/empresário informal	1	
	Aposentado	1	
	Desempregado procurando emprego	1	
	Empresário formal	1	
			5
	Acima de 1212,00 até 2424,00		
Outros/free lancer/Bico		2	



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	1
	Aposentado	1
	Funcionário s/ carteira setor privado	1
		9
Até 500,00	Outros/free lancer/Bico	4
	Desempregado sem procurar emprego	2
	Trabalhador por conta própria/empresário informal	1
	Desempregado procurando emprego	1
	Não sabe/Não respondeu	1
Acima de 2424,00 até 3636,00	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	3
	Funcionário c/ carteira setor privado	1
Não sabe/ Não Respondeu		3
	Desempregado sem procurar emprego	3
		2
Acima de 4848,00 até 6060,00	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	2
		3
Acima de 6060,00	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	1
	Aposentado	1
	Funcionário c/ carteira setor privado	1
		1
Acima de 3636,00 até 4848,00	Funcionário Público/Servidor Público/Civil e Militar	1
Total geral		44

Fonte: DPE-AP

No quesito possuir filhos, 93% dos assistidos sinalizaram que possuem filhos e 7% não possuem. A média de filhos por estado civil mostrou que pessoas solteiras atendidas no mutirão possuíam 3,6 filhos, os casados 2,8 filhos, viúvos 4,5 filhos, união estável 6 filhos. A média geral de filhos entre os atendidos foi de 3,4 filhos.

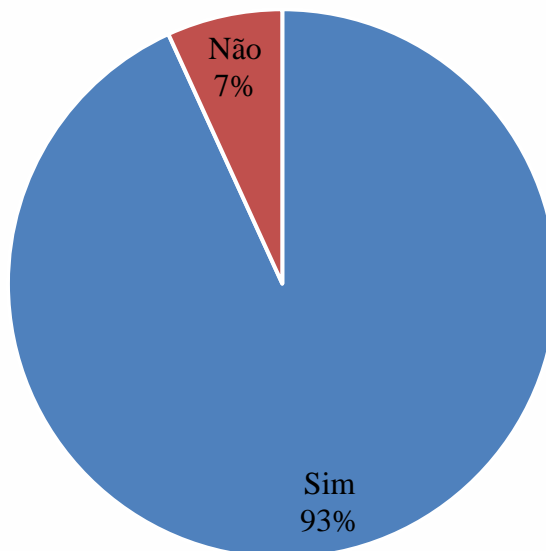
Analisando a média de filhos por renda domiciliar verificou-se que as menores médias estão em renda entre 4 a 5 S.M². com média de 2,5 filhos e 3 a 4 S.M. com média de 3,0 filhos. As maiores médias ficaram com os que tem menores rendas, meio a 1 S.M média de 3,3 filhos e de 2 a 3 S.M. 4,3 filhos.

² Salário mínimo.



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Gráfico 6 - Possui filhos?



Fonte: DPE-AP

Quadro 5 - Média de filhos por estado civil do entrevistado

ESTADO CIVIL	Média de SE SIM, QUANTOS FILHOS?
Solteiro(a)	3,6
Casado (a)	2,8
Viúvo(a)	4,5
União Estável	6,0
Total geral	3,4

Fonte: DPE-AP

Quadro 6 - Média de filhos por renda domiciliar do entrevistado

RENDA DOMICILIAR (RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA)	Média de SE SIM, QUANTOS FILHOS?
Acima de 4848,00 até 6060,00	2,5
Acima de 3636,00 até 4848,00	3,0
Até 500,00	3,3
Acima de 500,00 e até 1212,00	3,3
Acima de 6060,00	3,3
Acima de 1212,00 até 2424,00	3,6
Não sabe/ Não Respondeu	4,0
Acima de 2424,00 até 3636,00	4,3
Total geral	3,4

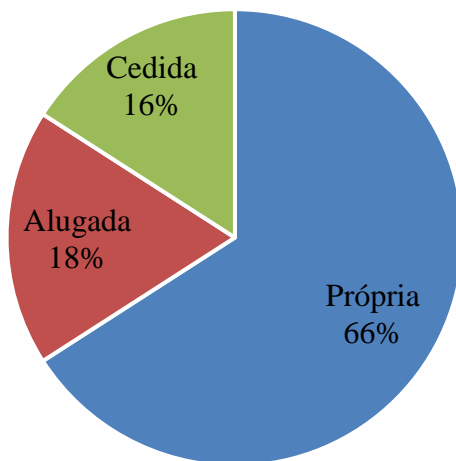


2. CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

Verificando a condição de moradia dos assistidos foi concluído que 66% das residências são próprias, 18% são alugadas e 16% são cedidas. A concentração dos referidos imóveis está em terra firme (93%) e a menor parcela em área de ressaca (7%).

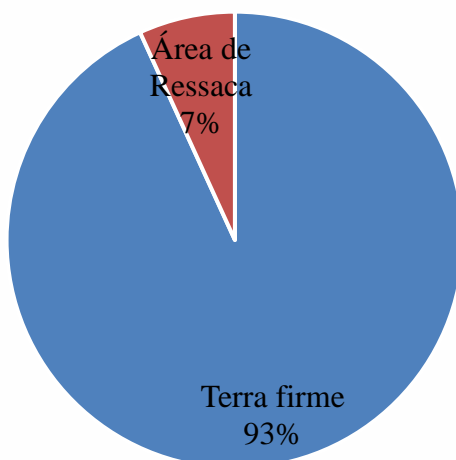
Das 41 residências que estão situadas em terra firme, 26 são próprias, 8 alugadas e 7 cedidas. Já as 3 residências apontadas localizadas na área de ressaca, todas são próprias

Gráfico 7 - Tipo de residência



Fonte: DPE-AP

Gráfico 8 - Local da residência



Fonte: DPE-AP



Quadro 7 - Tipo de residência por tipo de local se terra firme ou área de ressaca

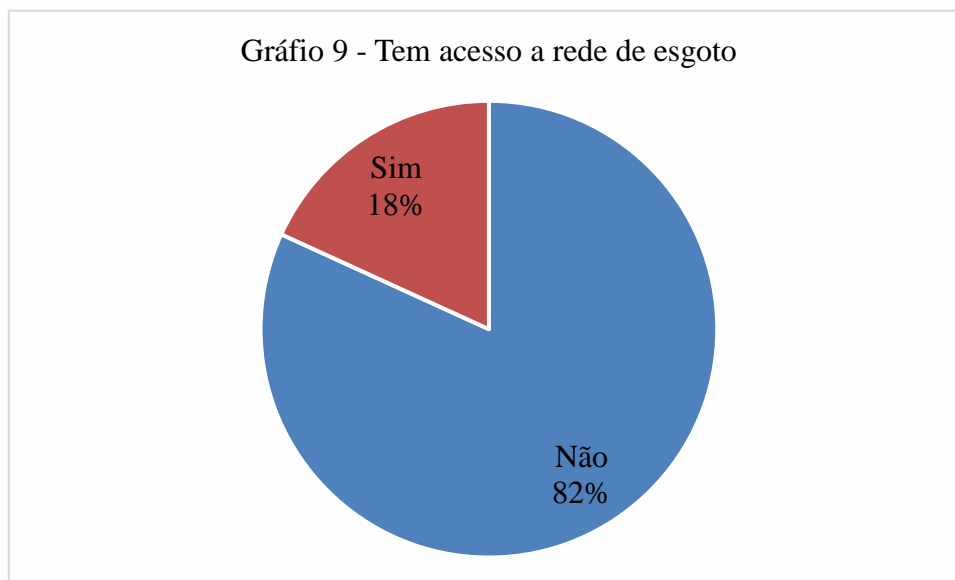
TIPO DE RESIDÊNCIA	LOCAL DA RESIDÊNCIA		Total geral
	Terra firme	Área de Ressaca	
Própria	26,0	3,0	29,0
Alugada	8,0		8,0
Cedida	7,0		7,0
Total geral	41,0	3,0	44,0

3. SANAMENTO BÁSICO

As condições e o acesso a rede de coleta de esgoto se atrelam as condições de moradia, que por sua vez resulta na classificação de condição de vulnerabilidade. Neste quesito, quando perguntados sobre o acesso a rede de esgoto, 82% dos entrevistados assistidos informaram que não e 18% que sim.

Comparativamente a esta informação, o IBGE, através do levantamento sobre saneamento básico no Brasil em 2017³, apontou que em Mazagão existem apenas 3 km² de rede coletora de esgoto. Segundo o levantamento existem me Mazagão 62 residências que recebiam saneamento por rede de esgoto.

Gráfico 9 - Tem acesso a rede de esgoto



Fonte: DPE-AP

Quando perguntados sobre se possuíam fossa séptica em suas residências, observou-se que 93% informaram que sim e 7% não.

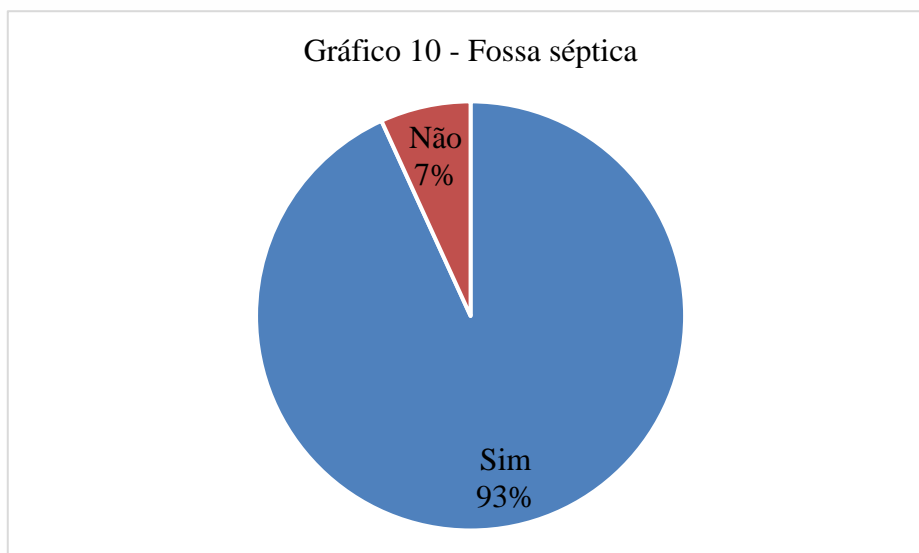
³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/30/84366>



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Na pesquisa nacional de saneamento básico existem duas divisões: banheiro e sanitário. Quando verificado os domicílios de Mazagão que possuíam banheiro, o quantitativo mostrou 1.684 domicílios, sendo que o principal tipo de esgotamento era sanitário era a rede geral de esgoto ou pluvial 128 domicílios e fossa séptica 68 domicílios. O que possuem sanitário 1.725 domicílios, o tipo de esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial 2, fossa séptica 11 domicílios, fossa rudimentar 995 domicílios, vala 64 e outro não especificado 536 domicílios.



Fonte: DPE-AP

O acesso a água tratada pelos assistidos representou 52% dos entrevistados e 48% não tem acesso. O censo demográfico 2010 do IBGE apontou que 56% das residências captam água no poço ou nascente na propriedade, 10% de poço ou nascente fora da propriedade e 33% por rede geral.

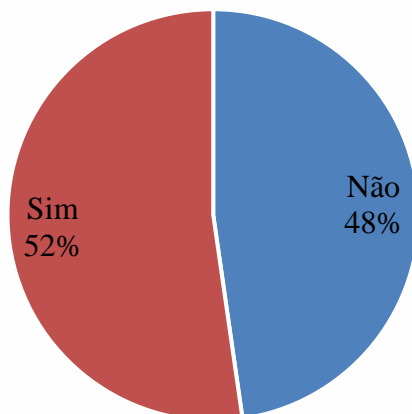
Quadro 8 - Formas de abastecimento de água no município de Mazagão, segundo censo 2010		
Formas de abastecimento de água		
POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE	1.389	56,4%
POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE	254	10,3%
REDE GERAL	820	33,3%
Total	2.463	100,0% ⁴

Fonte: Censo 2010, IBGE / Adaptado

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/24304?detalhes=true>



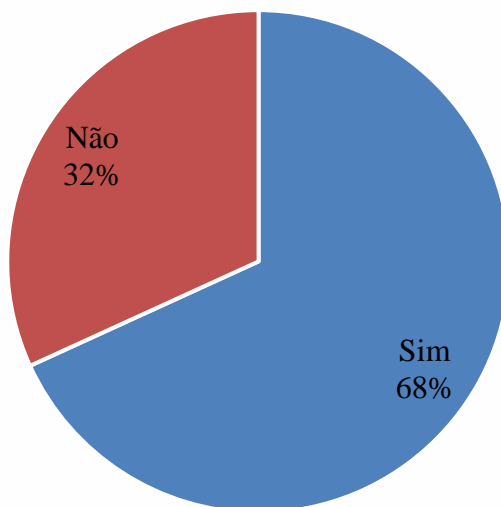
Gráfico 11 - Acesso a água tratada



Fonte: DPE-AP

A pouca distância da capital do estado não impacta de forma direta nas condições de vida da população. A acesso a rede de internet, tão presente na vida dos brasileiros, é percebida apenas em 68% dos assistidos, pouco mais da metade, o que indica dizer que 32% não tem acesso a informações pela rede global de comunicação.

Gráfico 12 - Acesso a rede de internet



Fonte: DPE-AP

Em 2010, segundo o censo demográfico, 66% dos residentes de Mazagão possuíam telefone e 34% não possuíam. O smartphones são os meios mais utilizados e com o custo-benefício mais atrativo para utilização de internet em suas várias modalidades dispostas no mercado. Dados corroboram que 93,7 dos mazaganistas possuíam telefone celular, fixo e celular 5,9% e somente fixo 0,5%.



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Quadro 9 - Existência de telefone no município de Mazagão, conforme censo 2010

Existência de telefone	Frequência	%
TINHAM	2336	66%
NÃO TINHAM	1193	34%
Total	3529	100%

Fonte: Censo 2010, IBGE / Adaptado

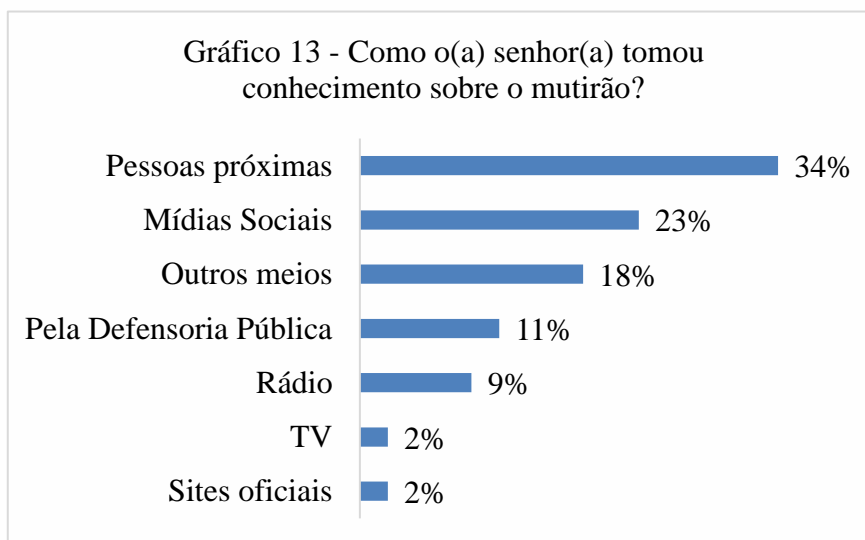
Quadro 10 - Somente os que tinham celular

Somente telefone celular	2.188	93,7%
Somente telefone fixo	11	0,5%
Telefone fixo e celular	137	5,9%
TINHAM	2.336	100,0%

Fonte: Censo 2010, IBGE / Adaptado

4. MUTIRÃO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO

O mecanismo de comunicação mais utilizado pelos assistidos entrevistados como forma de obter informações sobre o mutirão foi através de pessoas próximas 34%, seguido de mídias sociais com 23%, outros meios 18%, pela Defensoria Pública 11%, rádio 9%, TV e site oficiais 2% respectivamente.



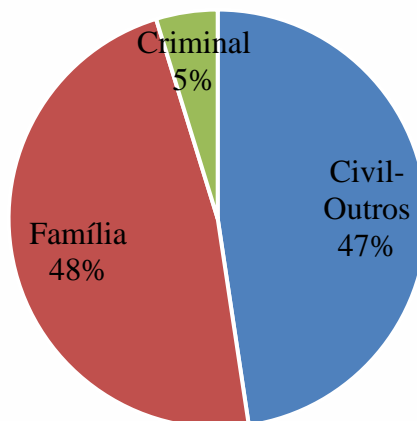
Fonte: DPE-AP



5. DEMANDAS E NECESSIDADES

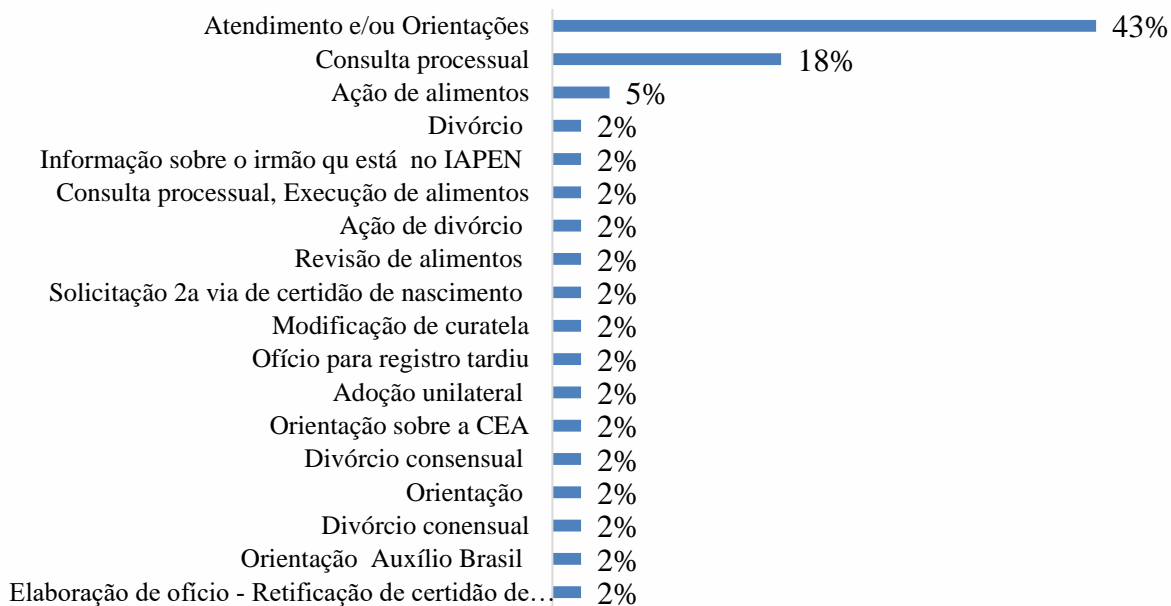
As demandas pretendidas pelos assistidos em Mazagão envolveram questões relacionadas a família com 48%, seguido de cível outros 47% e criminal 5%. Os atendimentos e/ou orientações foram buscadas por 43%, consulta processual 18%, ação de alimentos 5%. Outros temas suscitados tiveram 2% de representação, tais como: divórcio, informações sobre apenados, ofício, ação de curatela, expedição de ofícios etc.

Gráfico 14 - Qual a área que procura atendimento no mutirão da DPE/AP?



Fonte: DPE-AP

Gráfico 12 - Qual a demanda (necessidade) que o senhor buscou no mutirão da DPE/AP?



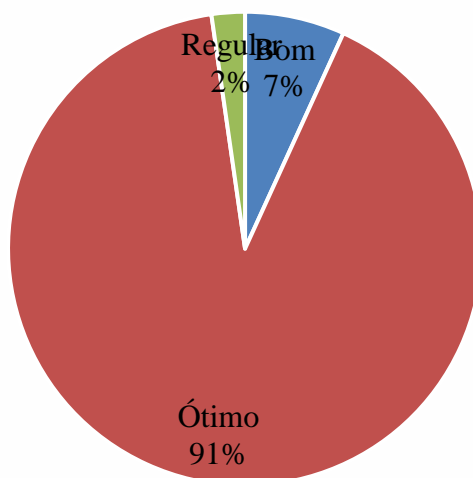
Fonte: DPE-AP



6. AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA DPE-AP

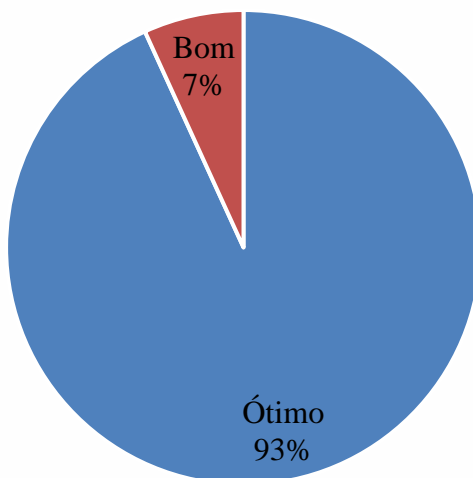
A avaliação dos Defensores Públicos que atuaram no mutirão foi de 91% ótimo, 7% bom e 2% regular. O tempo de atendimento dos assistidos, que varia de acordo com a demanda pretendida pelo assistido, teve avaliação superior a avaliação dos defensores, sendo 93% ótimo e 7% bom. Houve 100% de atribuição de muita importância para a atuação da Defensoria Pública através de ações como as realizadas no município de Mazagão.

Gráfico 13 - Como o(a) senhor(a) avalia a atuação dos Defensores no mutirão da DPE?



Fonte: DPE-AP

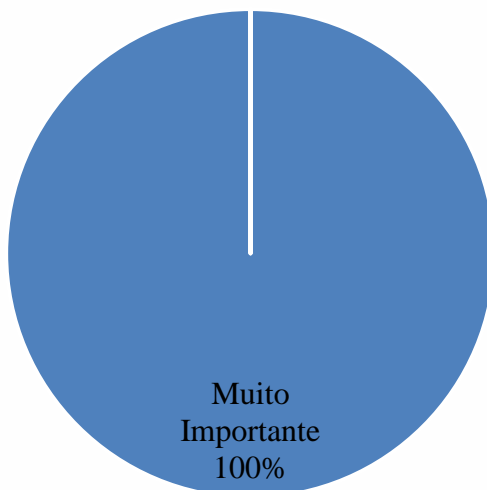
Gráfico 14 - Como (a) senhor(a) avaliação o tempo de atendimento dos Defensores na ação da DPE?



Fonte: DPE-AP



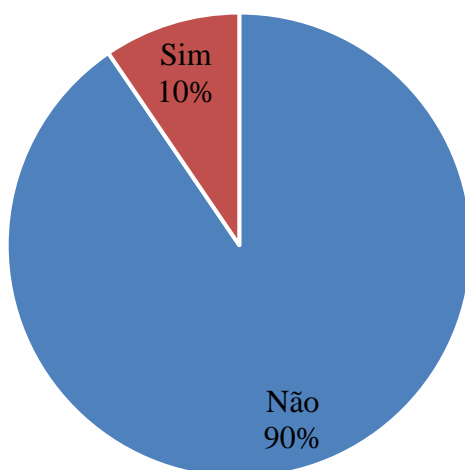
Gráfico 15 - Qual a importância que você atribui para a carreta da Defensoria Pública do Amapá



Fonte: DPE-AP

Sobre as áreas que buscou e não encontrou atendimento, apenas 10% sinalizaram de forma positiva, sendo que a renda ultrapassou o limite para ser assistida e não atender o critério de hipossuficiência.

Gráfico 16 - Houve alguma área que o(a) senhor(a) buscou, porém não houve atendimento?



Fonte: DPE-AP

Ao afunilar os dados pesquisados, observou-se que os que não obtiveram atendimento estavam em faixa de renda domiciliar acima de R\$ 6.060,00 (mais de 6 salários mínimos), o que possibilita a busca por profissional particular para atendimento da necessidade jurídica.



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Quadro 10 - SE SIM, qual área buscou atendimento e não houve?

Renda da assistida ultrapassa o valor exigido

Não atende critério de hipossuficiência

Fonte: DPE-AP

Quadro 11 - Motivação da área não encontrada por renda domiciliar

RENDA DOMICILIAR		
SE SIM, qual área buscou atendimento e não houve?	Acima de 6060,00 Total geral	
		2,0
Renda da assistida ultrapassa o valor exigido	1,0	1,0
Não atende critério de hipossuficiência	1,0	1,0
	2,0	2,0

Fonte: DPE-AP

Como sugestões para as próximas programações da DPE/AP a título de melhoria no atendimento citou-se a necessidade de realizar as ações com mais frequência no município.

Quadro 12 - O que acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento da DPE durante a ação?

Vir ao município com mais frequência

Tá bom assim...vim outras vezes. Bom demais

Fonte: DPE-AP

7. ENCAMINHAMENTOS

As providencias tomadas posteriormente aos atendimentos foram consulta processual, expedição de ofício, encaminhamento ao fórum, encaminhamento para DPU, reagendamento de atendimento, ação protocolada, informações sobre auxílio Brasil.

Quadro 13 - Qual a providência tomada após o atendimento?

Consulta Processual

Expedição de ofício

Encaminhei fórum



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Processo do Pará
Encaminhei para DPU
Só orientação
Orientação jurídica
Reagendamento do atendimento
Orientação
Ação protocolada (em branco)
Vão agendar um acordo
Consulta do processo 000111126820228030003.
Foi orientado não ingressar com a revisão devido ao valor baixo
Informações auxílio Brasil
Orientação faltou doc
Encaminhado pra Santana já tem processo nos autos
Inicial protocolada
Só atendimento não passou no estudo social
Consulta

Fonte: DPE-AP

Quadro 14 - Caso tenha havido a expedição de ofício, qual o teor do ofício (assunto) e, para quem foi endereçado?

Emissão de segunda via da certidão de nascimento

Encaminhado para Santana

Autos nº 000116-08.2022.8.03.0003

Fonte: DPE-AP



8. ANÁLISE DO CUSTO VERSUS BENEFÍCIO

Visando perceber a efetividade do atendimento realizado pela Defensoria Pública do Amapá no mutirão realizado no município de Mazagão, este relatório traz os gastos envolvidos na realização da referida ação. Os dados foram fornecidos pelos departamentos que tiveram relação direta e/ou indireta no evento, como o setor e transportes, almoxarifado, centro multidisciplinar, recursos humanos, dentre outros.

Os dispêndios relativos ao transporte somaram o valor de R\$ 3.067,96 (três mil e sessenta e sete reais e noventa e três centavos). Os gastos com materiais do almoxarifado foram de R\$ 562,40 (quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

A terceirização de serviços (empresas contratadas) somou monta de R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais).

O custo com a atuação dos Defensores Públicos presentes no dia do evento foi de R\$ 8.527,80 (oito mil quinhentos e vinte e sete reais e oitenta centavos). Para obtenção deste valor, utilizou-se como fundamentação a Lei Complementar Estadual 121/2019, que traz os subsídios mensais e a hora trabalhada por classe dos membros da Defensoria Pública do Amapá.

O total de gastos com o mutirão no município de Mazagão foi de R\$ 24.308,13 (vinte e quatro mil trezentos e oito reais e treze centavos). Considerando que foram assistidas 48 pessoas no dia do evento, o custo médio por atendido foi de R\$ 506,42 (quinhentos e seis reais e quarenta e dois centavos).

Tabela de Levantamento dos Custos do Mutirão de Mazagão

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
1	MOTORISTA	2	1	R\$ 85,16	R\$ 170,31
2	GOL (LOCADORA)	1	1	R\$ 70,72	R\$ 70,72
3	VAN (LOCADORA)	1	1	R\$ 1.061,00	R\$ 1.061,00
4	GASOLINA (LITROS)	50	1	R\$ 4,70	R\$ 235,00
5	DIESEL (LITROS)	210	1	R\$ 7,29	R\$ 1.530,90
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE					R\$ 3.067,93

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
1	SERVIDOR TERCEIRIZADO	2	4	R\$ 102,85	R\$ 411,40
2	GALÃO DE ÁGUA	2	2	R\$ 5,60	R\$ 11,20
3	AÇUCAR	1	1	R\$ 2,90	R\$ 2,90
4	CAFÉ PCT DE 250 GR	2	2	R\$ 10,50	R\$ 21,00
5	COPO DESCARTÁVEL (CENTO)	3	3	R\$ 4,38	R\$ 13,14
6	PAPEL TOALHA PCT C/02 UND.	8	8	R\$ 5,00	R\$ 40,00
7	PAPEL HIGIÊNICO PCT	2	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

C/04UNID.

8	ÁLCOOL EM GEL	6	6	R\$ 7,99	R\$ 47,94
9	ÁLCOOL LÍQUIDO	1	1	R\$ 8,82	R\$ 8,82
DIVISÃO DE ALMOXARIFADO					R\$ 562,40

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
	EMPRESA TERCEIRIZADA				R\$ 12.150,00
CONTRATOS					R\$ 12.150,00

ITEM	DEFENSORES PÚBLICOS	DIAS	VALOR DO DIA TRABALHA DO	CUSTO	
	JANE CRISTINA VIEIRA NONATO	1	R\$ 833,00	R\$ 833,00	
	LUMA PACHECO CUNHA DO NASCIMENTO NEVES	1	R\$ 876,85	R\$ 876,85	
	ANA LUIZA SARQUIS BOTREL MARIANA SANTOS LEAL DE ALBUQUERQUE	1	R\$ 876,85	R\$ 876,85	
	RAMON SIMOES DE SOUZA RAPHAELLA CAMARGO DA CUNHA GOMES	1	R\$ 749,70	R\$ 749,70	
	JOSE AUGUSTO NORAT BASTOS FILHO	1	R\$ 923,00	R\$ 923,00	
	RENATA GUERRA PERNAMBUCO	1	R\$ 749,70	R\$ 749,70	
	ROBERTO COUTINHO FILHO	1	R\$ 969,15	R\$ 969,15	
	RODRIGO DIAS SARAIVA	1	R\$ 923,00	R\$ 923,00	
		1	R\$ 749,70	R\$ 749,70	
CUSTO COM DEFENSORES					R\$ 8.527,80

CUSTOS TOTAIS DA AÇÃO DO DIA DO DEFENSOR	R\$ 24.308,13
QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS	48
CUSTO POR PESSOAL ATENDIDA	R\$ 506,42



CONCLUSÃO

O atendimento promovido pela Defensoria Pública do Amapá a população do município de Mazagão teve como objetivo ofertar aos munícipes lá residentes a assistência jurídica integral e gratuita por meio de consultas, orientações, encaminhamentos nas áreas cível, familiar, criminal, penal dentre outros.

A população assistida compreendeu um público heterogêneo, mas de maioria feminino (61%), com idade concentrada entre 25 e 59 anos (85%), de escolaridade no ensino médio (39%), de estado civil em maioria solteiro (49%). A renda percebida foi de pessoas até R\$ 500,00 (menos de meio salário mínimo) até R\$ 1.212,00 (um salário mínimo) 59% dos entrevistados assistidos. As principais ocupações observadas foram atividades de freelancer/bicos com 30% e servidor público com 20%. A média geral de filhos foi de 3,4 filhos por assistido.

Em termos de conjuntura socioeconômica, os assistidos apresentaram condições de habitação em residências próprias (66%), em terra firme (93%), com baixo acesso a rede de esgoto (18%), com utilização de fossa séptica (93%), acesso a água encanada (52%) e acesso à internet (68%).

Sobre o mutirão de atendimento no município de Mazagão, o principal meio de comunicação foram pessoas próximas (34%) e mídias sociais (23%).

Nas pretensões de atendimento houve relativa paridade pela área familiar (48%) e cível-outros (47%). As demandas suscitadas foram desde atendimento e/ou orientações, consulta processual, ação de alimentos, divórcio, informações sobre apenados no IAPEN dentre outros.

A atuação dos defensores durante o mutirão de atendimento foi tida como ótima por 91%, boa 7% e regular 2%. O tempo de atendimento por parte dos defensores aos assistidos foi de 93% ótimo e 7% bom. Os entrevistados consideraram as ações do mutirão em 100% de muito importante. Houve alcance de 90% das pretensões de serviços buscados pelos assistidos, o que demonstra a eficiência e organização da DPE/AP no atendimento à população. Apenas 10% não alcançou o atendimento motivado pelas condições de renda em poder custear consultoria advocatícia particular.

Em termos de sugestões o que se observou na pesquisa foi a ânsia por novas ações no município onde ocorreu o mutirão.

Quanto as providências adotadas após o atendimento, foi destacado que houve expedição de ofícios, encaminhamento para o fórum, orientação, consultas, ação protocolada, agendamento para acordo, dentre outros.



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

O custo total levantado para realização do mutirão de Mazagão foi de R\$ 24.308,13 (vinte e quatro mil trezentos e oito reais e treze centavos), efetivando o atendimento de 48 assistidos, gerando um custo por atendimento de R\$ 506,42 (quinhentos e seis reais e quarenta e dois centavos).

Macapá-AP, 11 de outubro de 2022.

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Corregedor-Geral



REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017: Abastecimento de água. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/30/84366>. Acesso em 04 set.2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017: Esgotamento sanitário por rede coletora. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/30/84366>. Acesso em 04 set.2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Amostra características da população. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em 02 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Universos - Características da população e dos domicílios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/24304?detalhes=true>. Acesso em 04 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Amostra Resultados gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/26170?detalhes=true>. Acesso em 04 set. 2022.

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Hipossuficiência. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/hipossuficiencia#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20C%C3%B3digo,sem%20prejudicar%20o%20seu%20sustento.>). Acesso 06 set. 2022.

SANDIM, Tatiana Lemos. Da vulnerabilidade social para a vulnerabilidade institucional: uma análise da política nacional de assistência social e de suas práticas em Belo Horizonte e São Paulo. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 300 f. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2018.